

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>1.1 - Monitorar os registros e acumulados de precipitação pluviométrica e emitir informativos meteorológicos</b>	O monitoramento de acumulados pluviométricos e os informativos meteorológicos subsidiam as equipes de monitoramento geológico e hidrológico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução em nível estadual: SEDEC, INEA</li> <li>&gt; Execução em nível nacional: SEDEC Nacional</li> <li>&gt; Execução em nível municipal: Município</li> </ul>
<b>1.2 - Delimitar as áreas de maior risco geológico, atuando no monitoramento das vulnerabilidades geotécnicas.</b>	Após o impacto inicial do desastre, comumente, as condições para novos eventos adversos geológicos continuam. Para evitar o surgimento de novas vítimas e diminuir o risco para as equipes de resposta, é importante que haja um monitoramento constante desse aspecto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Articulação e monitoramento: SEDEC</li> <li>&gt; Execução: DRM, Município, CPRM</li> </ul>
<b>1.3 - Delimitar as áreas de maior risco hidrológico, atuando no mapeamento de áreas suscetíveis a inundações.</b>	Após o impacto inicial do desastre, comumente, as condições para novos eventos adversos hidrológicos continuam. Para evitar o surgimento de novas vítimas e diminuir o risco para as equipes de resposta, é importante que haja um monitoramento constante desse aspecto e mapeamento das zonas de maior risco.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Monitoramento: INEA, SEDEC</li> <li>&gt; Execução: Município, INEA, CPRM</li> </ul>
<b>1.4 - Monitorar e avaliar as condições geológicas e emitir alertas de risco</b>	Após o impacto inicial do desastre, comumente, as condições para novos eventos adversos geológicos continuam. Para evitar o surgimento de novas vítimas, é importante que haja um monitoramento constante e emissão de alertas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução em nível estadual: SEDEC</li> <li>&gt; Execução em nível nacional: SEDEC Nacional</li> <li>&gt; Execução em nível municipal: Município</li> </ul>
<b>1.5 - Monitorar e avaliar as condições hidrológicas e emitir alertas de risco</b>	Após o impacto inicial do desastre, comumente, as condições para novos eventos adversos hidrológicos continuam. Para evitar o surgimento de novas vítimas, é importante que haja um monitoramento constante e emissão de alertas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução em nível estadual: SEDEC, INEA</li> <li>&gt; Execução em nível nacional: SEDEC Nacional</li> <li>&gt; Execução em nível municipal: Município</li> </ul>
<b>1.6 - Emitir alertas de cheias aos Órgãos Estaduais e Municipais de Proteção e Defesa Civil e ao SIEPDEC</b>	Após o impacto inicial do desastre, comumente, as condições para novos eventos adversos hidrológicos continuam. Para evitar o surgimento de mais danos e prejuízos, é importante que haja um monitoramento constante e emissão de alertas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: INEA</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>1.7 - Emitir recomendação para os municípios que possuem sistema de alerta e alarme comunitário sonoro para o acionamento deles</b>	Após o impacto inicial do desastre, comumente, as condições para novos eventos adversos continuam. Para evitar o surgimento de mais vítimas, é importante que haja especial atenção com a emissão de recomendações de acionamento de alarmes, para a retirada da população de áreas de risco.	> Execução: SEDEC
<b>1.8 - Emitir alerta e alarme à população em risco para que esta adote as medidas necessárias para evacuação e deslocamento para os pontos de apoio pré-identificados</b>	Após o impacto inicial do desastre, comumente, as condições para novos eventos adversos continuam. Para evitar o surgimento de mais vítimas, é importante que haja especial atenção com a emissão de recomendações de acionamento de alarmes, para a retirada da população de áreas de risco.	> Execução: Município > Apoio: SEDEC
<b>1.9 - Estabelecer os Estágios Operacionais após a análise dos dados de monitoramento e informar ao SIEPDEC</b>	Conforme o evento adverso escala, ações devem ser iniciadas e a participação de outros órgãos do GRAC se faz necessária. A mudança de estágios operacionais fornece essa informação de forma rápida e padronizada.	> Execução: SEDEC
<b>1.10 - Compartilhar os avisos e alertas recebidos com todos os integrantes das suas respectivas agências.</b>	Para uma pronta resposta, a equipe de resposta da agência deve estar previamente avisada sobre a possibilidade de atuação na gestão do evento adverso.	> Execução: SEDEC, ANEEL, ANATEL, CEDAE, CBMERJ, CEMADEN-RJ, CGE, DETRO, DRM, EMOP, EXÉRCITO, FAB, GSI - RJ, MARINHA, MUNICÍPIO, PRF, REDEC, SEAP, SEAPPA/EMATER, SEAS/AGENERSA, SEAS/INEA, SECC, SECEC, SECTI, SEDEC NACIONAL, SEDEC-RJ, SEEDUC, SEEL, SEFAZ, SEGOV, SEHIS, SEIC, SEIJES, SEM, SEPLAG, SEPOL/IML, SERGB, SETD, SETRAM/AGETRANSP, SETRAB, SETUR, SES, SEDSODH, SEENEMAR.
<b>2.1 - Receber informações sobre ocorrências e chamados para socorro</b>	Em caso de atrasos na comunicação de ocorrências e falta de informações detalhadas, a resposta eficaz pode ser prejudicada.	> Chamados de socorro para busca, salvamento e emergências médicas: CBMERJ > Chamados de socorro em segurança pública: PMERJ > Chamados de ocorrências de defesa civil e emergências médicas: Município

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>2.2 - Acionar os órgãos responsáveis em emergências</b>	Falhas na identificação de emergências e demora na notificação podem atrasar a mobilização dos recursos necessários.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Articulação: SEDEC</li> <li>&gt; Atendimento: SEDEC, ANEEL, ANATEL, CEDAE, CBMERJ, CEMADEN-RJ, CGE, DETRO, DRM, EMOP, EXÉRCITO, FAB, GSI - RJ, MARINHA, MUNICÍPIO, PRF, REDEC, SEAP, SEAPPA/EMATER, SEAS/AGENERSA, SEAS/INEA, SECC, SECEC, SECTI, SEDEC NACIONAL, SEDEC-RJ, SEEDUC, SEEL, SEFAZ, SEGOV, SEHIS, SEIC, SEIJES, SEM, SEPLAG, SEPOL/IML, SERGB, SETD, SETRAM/AGETRANSP, SETRAB, SETUR, SES, SEDSODH, SEENEMAR.</li> </ul>
<b>2.3 - Ativar o Gabinete Integrado de Gestão de Desastres (GIGD)</b>	Para uma eficiente gestão das informações e atividades de resposta aos desastres, é de suma importância que haja um fluxo rápido, claro e eficiente de comunicação entre os atores. No GIGD é onde são tomadas as decisões e são acionadas as equipes que atuam na resposta, com bases em análises conjuntas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Articulação: SEDEC</li> <li>&gt; Composição do gabinete: Todas as agências.</li> </ul>
<b>2.4 - Articular recursos demandados pela gestão do desastre</b>	É comum que as ações ligadas à resposta a um evento adverso de grandes proporções demande uma quantidade e variedade de recursos que suplanta a capacidade dos municípios e, muitas vezes, de uma agência estadual específica. Por isso, é de suma importância que o estado aja de forma articulada no provimento desses recursos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Responsáveis por manter os protocolos de mobilização, manutenção e desmobilização eficientes: SEDEC, ANEEL, ANATEL, CEDAE, CBMERJ, CEMADEN-RJ, CGE, DETRO, DRM, EMOP, EXÉRCITO, FAB, GSI - RJ, MARINHA, MUNICÍPIO, PRF, REDEC, SEAP, SEAPPA/EMATER, SEAS/AGENERSA, SEAS/INEA, SECC, SECEC, SECTI, SEDEC NACIONAL, SEDEC-RJ, SEEDUC, SEEL, SEFAZ, SEGOV, SEHIS, SEIC, SEIJES, SEM, SEPLAG, SEPOL/IML, SERGB, SETD, SETRAM/AGETRANSP, SETRAB, SETUR, SES, SEDSODH, SEENEMAR.</li> </ul>
<b>2.5 - Articular e mobilizar locais e estruturas físicas para atividades de apoio à gestão do desastre (área de espera, abrigos, centros de recepção e distribuição de donativos...)</b>	Na gestão de um desastre, há a necessidade de administrar uma ampla faixa de assuntos, como abrigamento de afetados, gestão de donativos, administração dos recursos empenhados, controle de voluntários, articulação entre equipes envolvidas, entre outros. Todas essas atividades demandam um espaço físico adequado para sua realização, de forma eficiente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Localização: Município, SEEDUC, SEEL, Forças Armadas</li> <li>&gt; Articulação: SEDEC</li> <li>&gt; Orientação e suporte logístico: SEIC, SEHIS, SEDSODH, EMOP, Forças Armadas</li> <li>&gt; Suporte orçamentário: SEPLAG</li> <li>&gt; Controle: CGE</li> <li>&gt; Articulação política: SECC, SEGOV</li> <li>&gt; Elaboração e gestão dos contratos de serviços de suporte básico: Município</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>2.6 - Atuar na mobilização/disponibilização de local para receber resíduo emergencial gerado pelo desastre</b>	Sempre que possível, deve-se incentivar o mapeamento prévio dessas estruturas e espaços distribuídos pelo estado. Essa é uma tarefa preponderantemente dos municípios, porém, em alguns casos, as agências estaduais possuem um papel fundamental, como no caso de eventual utilização de espaços de escolas estaduais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Localização: Município</li> <li>&gt; Análise de impacto ambiental: INEA e Município</li> <li>&gt; Suporte orçamentário: SEPLAG</li> <li>&gt; Controle: CGE</li> <li>&gt; Articulação política: SECC, SEGOV</li> </ul>
<b>2.7 - Acionar o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil</b>	O desconhecimento de procedimentos e dificuldades na coordenação podem dificultar o acionamento eficiente do Sistema Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Levantamento de necessidades e solicitação de auxílio: SEDEC e Município</li> <li>&gt; Acionamento dos órgãos do SINPDEC: SEDEC Nacional</li> </ul>
<b>3.1 - Atuar no controle do tráfego de veículos em geral e facilitação da mobilidade das equipes de emergência</b>	Os danos decorrentes dos desastres ocasiona a interrupção de vias sob gestão municipal, estadual e federal, afetando a mobilidade urbana, dificultando o tráfego de veículos de emergência e dos modais de transporte, dificultando assim a locomoção da população.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Gestão do trânsito local: Município, PMERJ</li> <li>&gt; Atuando no controle do acesso de veículos no município (estradas estaduais e federais): PRF e PMERJ</li> <li>&gt; Apoiar com transporte: DETRO, SEEDUC</li> </ul>
<b>3.2 - Delimitar as áreas afetadas e o isolamento inicial</b>	Com os danos decorrentes do desastre, há uma degradação dos cenários que ficam ainda mais vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Delimitar e isolar áreas afetadas: Município</li> <li>&gt; Delimitar e isolar áreas de busca: CBMERJ</li> <li>&gt; Apoiar no isolamento: PMERJ</li> </ul>
<b>3.3 - Atuar na manutenção da permeabilidade das vias de acesso ao município</b>	Dependendo da extensão e local do desastre, as vias de acesso ao município afetado podem ficar interrompidas, dificultando a chegada das equipes de resposta e dos recursos de suporte e assistência.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Executar nas vias federais: DNIT e ANTT</li> <li>&gt; Executar nas vias estaduais: PMERJ, Detro, DER.</li> <li>&gt; Apoiar nas operações de limpeza e desbloqueio: SEIC, SEHIS, Forças Armadas</li> <li>&gt; Gerir o tráfego na malha rodoviária: PRF e PMERJ</li> <li>&gt; Respaldo técnico: DRM e Município</li> <li>&gt; Apoio operacional: Concessionárias, SEIC</li> <li>&gt; Apoio na comunicação: AGETRANSP em concessionárias das rodovias estaduais.</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>3.4 - Prover comunicação das equipes envolvidas.</b>	Na gestão de desastres, a comunicação entre os agentes empenhados e entre as agências envolvidas é primordial para o sucesso das ações e eficiência no uso dos recursos e do tempo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Comunicação entre as agências: GIGD</li> <li>&gt; Comunicação nas equipes: SEDEC, ANEEL, ANATEL, CEDAE, CBMERJ, CEMADEN-RJ, CGE, DETRO, DRM, EMOP, EXÉRCITO, FAB, GSI - RJ, MARINHA, MUNICÍPIO, PRF, REDEC, SEAP, SEAPPA/EMATER, SEAS/AGENERSA, SEAS/INEA, SECC, SECEC, SECTI, SEDEC NACIONAL, SEDEC-RJ, SEEDUC, SEEL, SEFAZ, SEGOV, SEHIS, SEIC, SEIJES, SEM, SEPLAG, SEPOL/IML, SERGB, SETD, SETRAM/AGETRANSP, SETRAB, SETUR, SES, SEDSODH, SEENEMAR.</li> </ul>
<b>3.5 - Atuar no estabelecimento de comunicação de emergência</b>	Nos desastres de grande intensidade, podem ocorrer a interrupção do serviço de telefonia devido aos danos nas linhas de transmissão, torres de antenas, sejam fixas ou móveis. Ademais, o cenário pode agravar com o isolamento da população em áreas mais periféricas, dificultando a população na busca por socorro e assistência, no restabelecimento dos serviços essenciais e na recuperação das áreas afetadas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Articulação entre agências vocacionadas: SEDEC</li> <li>&gt; Montagem de estrutura de radioamadorismo: REDE SALVAR</li> <li>&gt; Montagem de estruturas móveis de comunicação: Forças Armadas, SEDEC NACIONAL</li> <li>&gt; Seguros, contratos emergenciais ou de contingência para contexto dos desastres: ANATEL</li> <li>&gt; Apoio: INEA e SETD/PRODERJ</li> </ul>
<b>3.6 - Atuar em operações de busca, resgate e salvamento.</b>	O desastre gera diversas situações onde são necessárias ações de busca e salvamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: CBMERJ</li> <li>&gt; Suporte geral: Município</li> <li>&gt; Suporte de maquinário: SEIC, SEHIS, EMOP</li> <li>&gt; Suporte de segurança: PMERJ, Forças Armadas</li> <li>&gt; Suporte de manejo de cadáveres: PCERJ</li> <li>&gt; Avaliação de risco: DRM</li> </ul>
<b>3.7 - Atuar no estabelecimento de iluminação de emergência e de gerador de energia</b>	Comprometimento do fornecimento e da distribuição de energia elétrica por causa dos desastres. As operações com baixa luminosidade afetam diretamente na segurança das vítimas e dos operadores por diminuir a visualização e, conseqüentemente, diminuir a percepção de risco na cena.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: Município</li> <li>&gt; Articulação com concessionárias e cooperativas de energia elétrica: SEENEMAR</li> <li>&gt; Aquisição de geradores e iluminação de emergência: descentralizado, podendo ser de acordo com a demanda de cada agência</li> </ul>
<b>3.8 - Atuar na triagem dos feridos em local do desastre</b>	Em desastres, há uma alta probabilidade de ocorrência de eventos com múltiplas vítimas. A triagem das vítimas é vital para a destinação racional e a utilização eficiente dos recursos de APH e hospitalar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Coordenação: CBMERJ</li> <li>&gt; Execução: Pessoal capacitado em START</li> <li>&gt; Apoio operacional: SES e Município</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>3.9 - Atuar nas ações de atendimento pré-hospitalar</b>	Frequentemente, é necessário realizar procedimentos de estabilização e socorro imediato, antes da recepção do paciente no hospital. Em desastres, essa demanda tende ser bastante alta, demandando ação coordenada de diversos entes.	> Execução: CBMERJ, Município (SAMU)
<b>3.10 - Prover o transporte técnico de vítimas.</b>	A partir da triagem das vítimas do desastre, já se faz necessário um atendimento inicial, antes da chegada nas unidades hospitalares. O transporte das vítimas mais graves necessita de pessoal e recurso especializado. A SES pode realizar o serviço de transporte aeromédico. Pode ocorrer superlotação de hospitais mais próximos aos desastres.	> Coordenação: CBMERJ > Transporte de pacientes críticos: CBMERJ, Município (SAMU) e SES > Transporte de vítimas verdes: Município > Articulação: SEDEC
<b>3.11 - Realizar a logística necessária para a identificação e o manejo de cadáveres</b>	Desastres de grande intensidade podem ocasionar um grande número de mortos, o que pode impactar nos serviços de identificação, autópsia e sepultamento. Isso ocorre devido ao número reduzido de equipes do IML, além de locais para armazenar os corpos das vítimas.	> Retirada de vítimas em óbito: CBMERJ > Cadastramento de informações de desaparecidos: PCERJ > Reconhecimento e identificação: PCERJ > Apoio documental: SECC (DETRAN) > Contato com familiares: Município
<b>3.12 - Atuar na implementação de canal para reclamação e localização de desaparecidos</b>	Desastres de grande intensidade podem ocasionar um número alto de desaparecidos. Isso pode gerar confusão e ansiedade na população, que fica sem saber com qual órgão realizar a reclamação de pessoas desaparecidas.	> Cadastramento de desaparecidos: PCERJ, CBMERJ, SES, Município > Consolidação de dados: SEDEC > Orientações à população, quanto ao tema: Município e GIGD (Imprensa)
<b>3.13 - Prover ações de garantia da lei e da ordem, isolamento de áreas, instalações e vias.</b>	De acordo com a intensidade do desastre, podem ocorrer ações de saque em comércios locais por parte da população. A população também pode resistir em sair de locais de risco, devido a possíveis invasões de suas residências, principalmente em áreas com vulnerabilidade social. Abrigos, centros de distribuição de donativos e outros locais podem precisar de operações de manutenção da ordem. Pode ser necessária escolta de equipes e recursos utilizados nas operações de resposta. Eventuais crimes ocorridos que impactem no contexto do desastre devem ser investigados durante os trabalhos de resposta.	> Manutenção da ordem em espaços públicos: PMERJ, Município e SEAP > Manutenção da ordem em centros de distribuição de donativos: Município, PMERJ, Forças Armadas (ACISO) > Escolta de equipes envolvidas na resposta: PMERJ, PRF e SEAP > Manutenção da ordem em abrigos: Município > Investigação e trabalho de polícia judiciária: PCERJ > Manutenção da ordem em operações de retirada de moradores de áreas de risco iminente: Município, PMERJ

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>3.14 - Atuar na retirada emergencial da população residente em áreas de risco.</b>	Recusa da população vulnerável em desocupar a edificação em área de risco a desastre. A não retirada pode levar a um aumento do número de vítimas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Respaldo técnico: DRM, SEHIS, SEIC, SEDEC, Município, INEA, FAB (Drones)</li> <li>&gt; Execução: Município, PMERJ, CBMERJ</li> <li>&gt; Assistência (abrigos, moradia e atendimento de saúde): Município e SEHIS</li> <li>&gt; Disponibilizar kits emergenciais: SES</li> <li>&gt; Isolamento e segurança do local: Município e PMERJ</li> </ul>
<b>3.15 - Atuar nas ações emergenciais para mitigação de risco de novos deslizamentos.</b>	Após o impacto inicial do desastre, comumente, as condições para novos eventos adversos continuam. Para evitar o surgimento de novas vítimas e diminuir o risco para as equipes de resposta, é importante que haja ações emergenciais para mitigação de risco de novos deslizamentos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Análise e orientação: DRM, Município</li> <li>&gt; Execução: SEIC, SEHIS, DER, EMOP</li> <li>&gt; Articulação: SEDEC</li> </ul>
<b>3.16 - Monitorar e Informar as autoridades competentes sobre a evolução do evento</b>	A ocorrência de desastres gera uma demanda de decisões técnicas e políticas para a execução das ações e acesso aos recursos, bem como um aumento da demanda na procura de informação pelos veículos de mídia. A falta de comunicação e a atuação isolada das agências estaduais podem dificultar o gerenciamento de desastres e a prestação de assistência às populações afetadas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Consolidação de informações: SEDEC</li> <li>&gt; Coleta e disponibilização de informações: Todos + Município</li> </ul>
<b>3.17 - Atuar no monitoramento e na avaliação de contaminação ambiental.</b>	Os desastres relacionados às chuvas intensas podem ocasionar a contaminação da água, solo e ar, podendo inclusive afetar a saúde da população com a proliferação de doenças. Isso ocorre devido ao transporte de sedimentos, lixo e outros materiais contaminados pelas águas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Avaliação de riscos de contaminação e orientação: Município.</li> <li>&gt; Respaldo técnico: CEDAE, INEA, Coordenação Estadual de Vigilância Ambiental e Superintendência de Vigilância Sanitária.</li> </ul>
<b>3.18 - Atuar com equipamentos, recursos humanos e materiais para o recolhimento, transporte e deposição do resíduo emergencial gerado pelo desastre.</b>	Atividades de limpeza de ruas, residências e estabelecimentos e de remoção de escombros e material de deslizamento geram material que deve ser descartado em local seguro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: SEIC, SEHIS, DER, Forças Armadas, Município</li> <li>&gt; Apoio de escolta no transporte: PRF, PMERJ, Município e SEAP</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>3.19 - Atuar na Coordenação das atividades dos agentes voluntários, nas ações de resposta aos desastres.</b>	<p>A comoção diante dos desastres, principalmente os de grande intensidade, faz com que a sociedade civil organizada e não organizada se mobiliza para apoiar as ações de socorro. Essa mobilização, quando não coordenada, pode ocasionar na subutilização ou no emprego incorreto da mão de obra, que pode ser especializada ou não. O problema pode ser potencializado quando não existe o cadastro de voluntários nos municípios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Triagem de voluntários das áreas de saúde: Município, SES</li> <li>&gt; Triagem de voluntários na área de engenharia: Município, SEIC E SEHIS</li> <li>&gt; Triagem de voluntários na área de geotecnia: Município, DRM</li> <li>&gt; Articulação de informações: SEDEC</li> <li>&gt; Triagem de voluntários não especializados: Município</li> <li>&gt; Cessão e gerenciamento de voluntários: REDE SALVAR</li> <li>&gt; Gestão de voluntários: Município</li> </ul>
<b>3.20 - Disponibilizar recursos humanos para integrar o grupo de avaliação de danos estadual, visando a Decretação de SE ou ECP pelo Governador.</b>	<p>Os dispositivos legais de declaração de anormalidade (SE e ECP), permitem ao estado utilizar procedimentos extraordinários de aquisição de recursos e serviços, que podem ser necessários em desastres que comprometem o território do estado de forma a sobrepor a capacidade a sua capacidade de resposta, por vias ordinárias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Avaliação dos danos e prejuízos causados e da capacidade de resposta do estado, por vias ordinárias: Todas as agências estaduais, Município</li> </ul>
<b>3.21 - Produzir notas oficiais para a imprensa.</b>	<p>Falta ou insuficiência de informações acerca do gerenciamento dos desastres (detalhamento sobre ações, vítimas, desaparecidos, necessidade de donativos, de ajuda voluntária etc)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Consolidação das informações: SEDEC</li> <li>&gt; Produção das notas: SECC</li> </ul>
<b>3.22 - Articular na mobilização de veículos para apoiar no transporte de pessoas (equipes de resposta e população mobilizada de área de risco).</b>	<p>Diante da condição de risco acentuada e na deflagração do desastre, é necessário a mobilização da população em risco / afetada, que por vezes necessitam de abrigos temporários, que podem ser distantes das áreas de risco/afetadas. A atuação voluntária pode necessitar de transporte para a distribuição ordenada do efetivo adequado, nas demandas corretas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Mobilização das pessoas e seleção de locais de destino: Município</li> <li>&gt; Apoio no transporte: SETRAM e AGETRANSP (ônibus intermunicipais e outros modais geridos pelo estado), Forças Armadas, Município</li> </ul>
<b>3.23 - Realizar a coordenação do serviço aéreo para o atendimento de emergências em desastres</b>	<p>Considerando que existem aeronaves em diversas agências e que é um recurso com utilização em condições específicas, a falta de coordenação pode dificultar o emprego de forma eficaz e causar acidentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Coordenação geral: FAB</li> <li>&gt; Coordenação específica: CBMERJ, PMERJ, PCERJ</li> </ul>



Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>3.24 - Atuar com a disponibilização de aeronaves, drones e operadores</b>	É comum, nas atividades de resposta aos desastres, a necessidade de apoio aéreo tripulado ou não tripulado. São utilizados, entre outras situações, em atividades de busca e salvamento, transporte de pessoas e recursos e mapeamento de cenários.	> Execução: CBMERJ, PMERJ, PCERJ, Forças Armadas, GSI, REDE SALVAR
<b>3.25 - Atuar com a disponibilização de embarcações</b>	Nas atividades de resposta aos desastres, pode haver necessidade de apoio de embarcações. São utilizados, entre outras situações, em atividades de busca e salvamento e transporte de pessoas.	> Execução: CBMERJ, MB > Apoio na comunicação: SETRAM e AGETRANSP (CCR Barcas).
<b>3.26 - Atuar na realização de vistorias técnicas em estruturas e vias</b>	Aumento de demanda por vistorias estruturais e de vias, causadas pelo impacto do evento adverso.	> Articulação com outros municípios e agências do estado: SEDEC > Execução: Município, SEIC, SEHIS, DER, DRM
<b>3.27 - Atuar na captura de animais que ofereçam risco imediato ou que estejam em local de risco ou de difícil acesso.</b>	Em desastres, não é raro o aparecimento de animais selvagens ou que ofereçam perigo iminente em zonas habitadas e de animais domésticos ou de serviço em áreas de difícil acesso. A captura desses animais para destinação aos órgãos vocacionados depende de conhecimento especializado.	> Execução: CBMERJ > Apoio local e recepção dos animais: Município
<b>4.1 - Atuar na identificação, cadastro e orientação dos afetados pelo desastre.</b>	Desastres provocam o surgimento de uma demanda alta e variada de ações de assistência aos afetados. É necessário realizar o cadastro de todos os afetados, de acordo com a natureza das demandas geradas. Isso possibilitará um melhor planejamento das ações de assistência, trazendo mais eficácia e eficiência à gestão do desastre.	> Execução: Município > Orientação e apoio: SEDSODH
<b>4.2 - Atuar na triagem de saúde e social dos desabrigados e desalojados</b>	Junto com o cadastramento, há uma necessidade de triar os casos onde são necessárias intervenções dos órgãos públicos, mormente as relacionadas ao abrigo provisório e assistência de saúde.	> Execução: Município > Orientação e apoio: SEDSODH, SES

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>4.3 - Atuar nas rotinas e processos na administração de abrigos temporários</b>	Os desastres relacionados a chuvas intensas costumam provocar a perda e a interdição, temporária ou definitiva, de residências. Parte dessa população afetada consegue abrigo na casa de amigos e familiares, mas outra parte fica dependendo da ajuda pública para um abrigo provisório. A rotina em abrigos provisórios é bastante complexa, requerendo esforços para a administração de necessidades essenciais das famílias, gestão de conflitos, atendimento médico-psicológico, manutenção do espaço, entre outros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Apoio direto ao município: SEDSODH</li> <li>&gt; Articulação para atendimento de demandas que envolvam participantes do GIGD ou a sociedade civil: SEDEC</li> </ul>
<b>4.4 - Atuar no atendimento psicológico nos abrigos temporários</b>	É comum, num contexto de desastre, que ocorra situações que produzam danos psicológicos aos afetados. Esses danos devem ser avaliados e tratados o quanto antes, para mitigar sequelas e situações complicadoras da gestão de abrigos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: Município</li> <li>&gt; Orientação e apoio: SES, CRP</li> </ul>
<b>4.5 - Atuar com os municípios no atendimento ambulatorial médico e odontológico, nos abrigos.</b>	A falta de atenção primária à saúde e acompanhamento de quadros já instalados de doença dentro dos abrigos temporários é um facilitador à ocorrência de surtos de doenças infecto parasitárias, agravamento de quadros médicos e odontológicos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: Município</li> <li>&gt; Orientação e apoio: CBMERJ, Forças Armadas, SES</li> </ul>
<b>4.6 - Regular o transporte de vítimas.</b>	O desastre gera uma alta demanda de transporte de vítimas para unidades hospitalares e de TIH.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Requerer e regular a rede privada no contexto de desastres: SES</li> <li>&gt; Compartilhamento de informações da rede municipal: CBMERJ</li> <li>&gt; Transporte inter hospitalar: SAMU, CBMERJ</li> </ul>
<b>4.7 - Monitorar e adequar a capacidade de atendimento do sistema emergencial estadual de saúde.</b>	Falta de infraestrutura do município atingido ou infraestrutura municipal danificada pelo desastre.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Avaliação de demanda futura: Município, CBMERJ</li> <li>&gt; Avaliação de capacidade disponível na rede municipal: Município</li> <li>&gt; Execução: SES</li> <li>&gt; Consolidação de informações: SEDEC</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<b>4.8 - Gerenciar e apoiar os municípios com insumos hospitalares (medicamentos, vacinação, etc.)</b>	Devido ao aumento de demanda por insumos hospitalares e eventuais perdas que também ocorrem em desastres, é frequente a necessidade de apoio ao município com insumos hospitalares.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: Forças Armadas</li> <li>&gt; Suporte orçamentário: SEPLAG</li> <li>&gt; Trabalho legislativo orçamentário: SECC, SEGOV</li> <li>&gt; Municionar informações quanto à previsão de demanda: Município, SEDSODH</li> <li>&gt; Controle: CGE</li> <li>&gt; Assessoria jurídica: PGE</li> </ul>
<b>4.9 - Mobilização/ montagem de hospital de campanha</b>	Falta de infraestrutura hospitalar e o aumento da procura por esses serviços, comum em locais atingidos por desastres, torna a infraestrutura local, incapaz de suprir a demanda.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: SES, Forças Armadas</li> <li>&gt; Disponibilização de espaço: Município</li> <li>&gt; Disponibilização de pessoal especializado para apoio: CBMERJ</li> </ul>
<b>4.10 - Atuar na mitigação do surgimento de doenças secundárias e na preparação para o atendimento de casos.</b>	Os desastres, principalmente os hidrológicos, podem gerar condições propícias para o aparecimento e transmissão de doenças infecciosas. Isso ocorre devido à contaminação das águas, aumento dos vetores de doenças, como dengue e leptospirose, e outros fatores. Em alguns casos, esses danos podem se agravar e se caracterizar como um desastre secundário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: Município</li> <li>&gt; Orientação e apoio: SES</li> </ul>
<b>4.11 - Complementar em apoio aos municípios recursos de ajuda humanitária.</b>	Capacidade insuficiente por parte do município de suprir as necessidades de insumos de ajuda humanitária.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Coordenação e execução: SEDEC, SEDSODH</li> <li>&gt; Suporte orçamentário: SEPLAG</li> <li>&gt; Trabalho legislativo orçamentário: SECC, SEGOV (apesar de não haver necessidade de autorização legislativa para a abertura de crédito extraordinário, o Poder Executivo deve dar imediato conhecimento ao Poder Legislativo no caso de abertura de crédito extraordinário.)</li> <li>&gt; Controle: CGE</li> <li>&gt; Assessoria jurídica: PGE</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<p><b>4.12 - Atuar no transporte de recursos de ajuda humanitária.</b></p>	<p>Alta demanda de ações de assistência humanitária, às vítimas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: SEDEC, SEDSODH</li> <li>&gt; Suporte orçamentário: SEPLAG</li> <li>&gt; Trabalho legislativo orçamentário: SECC, SEGOV (apesar de não haver necessidade de autorização legislativa para a abertura de crédito extraordinário, o Poder Executivo deve dar imediato conhecimento ao Poder Legislativo no caso de abertura de crédito extraordinário.)</li> <li>&gt; Controle: CGE</li> </ul>
<p><b>4.13 - Promover ações de cidadania (documentação pessoal), aluguel social e programas sociais.</b></p>	<p>É comum, em desastres, perda de residências, dano de equipamentos domésticos de primeira necessidade, extravio de documentos. Essas questões demandam atuação direta do poder público para mitigação de suas consequências.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Documentação: SECC</li> <li>&gt; Emissão de CTPS e prospecção de vagas de trabalho: SETRAB</li> <li>&gt; Aluguel social e cartão RECOMEÇAR: SEDSODH, Município.</li> <li>&gt; Controle: CGE</li> <li>&gt; Assessoria jurídica: PGE</li> <li>&gt; Segurança: PMERJ</li> <li>&gt; Coordenação: SEGOV</li> </ul>
<p><b>4.14 - Atuar na promoção de campanha de arrecadação de doativos.</b></p>	<p>Consequências do desastre impactando a população e criando demandas de fornecimento de material de assistência humanitária. A complexidade do cenário dificulta a identificação da real necessidade de itens de ajuda humanitária. Essa demanda deve ser cruzada com os estoques existentes, decorrentes de doações já feitas, e o material em processo de entrega, por órgãos públicos de assistência. Ademais, frequentemente, há uma comoção na sociedade que, na ânsia de ajudar, aliada à dificuldade de controlar as informações e orientações emitidas pelos órgãos de imprensa, provoca uma enxurrada de doações, sem uma orientação oficial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Coleta e consolidação de informações com o município e órgãos do GIGD: SEDSODH e SEDEC</li> <li>&gt; Divulgação: Município, SEGOV E SECC (Ass. Comunic. Governo)</li> <li>&gt; Contato com artistas para promover a campanha e transmitir informações corretas: SECEC</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<p><b>4.15 - Atuar na gestão de donativos.</b></p>	<p>A complexidade dos cenários desencadeados pelos desastres e a comoção e vontade de ajudar da sociedade, frequentemente, levam a uma enxurrada de demandas e de lotes de doações de material de assistência humanitária. Esta conjuntura demanda pessoal e recursos para gestão do recebimento, estocagem, distribuição e controle do material doado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Coordenação e execução: Município</li> <li>&gt; Suporte e coleta de informações com o município: SEDSODH e SEDEC</li> <li>&gt; Segurança: PMERJ</li> <li>&gt; Escolta: PRF</li> <li>&gt; Logística e segurança: Forças Armadas (ACISO)</li> <li>&gt; Operações de logística: REDE SALVAR</li> </ul>
<p><b>4.16 - Atuar com os municípios nos sepultamentos de pessoas.</b></p>	<p>Problemas como: falta de documentação, inexistência de parentes vivos próximos, falta de recursos para o sepultamento, incapacidade para acondicionar os corpos que estão a espera de sepultamento e falta de espaço em cemitérios locais podem ocorrer em desastres.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Orientação: SEDSODH</li> <li>&gt; Sepultamento gratuito: DPE</li> <li>&gt; Burocracia processual: SECC, TJ E PCERJ</li> <li>&gt; Transporte de cadáveres: SEDEC</li> <li>&gt; Acondicionamento provisório de cadáveres: PCERJ (contratação)</li> <li>&gt; Suporte orçamentário: SEPLAG</li> <li>&gt; Tramitação de crédito extraordinário na ALERJ: SECC E SEGOV</li> <li>&gt; Controle: CGE</li> <li>&gt; Assessoria jurídica: PGE</li> </ul>
<p><b>4.17 - Atuar no gerenciamento do manejo de animais em desastre (transporte, abrigamento, cuidados e destinação definitiva).</b></p>	<p>Em desastres, é comum que haja perda, temporária ou definitiva, do controle sobre animais, por parte de seus tutores ou proprietários. Isso pode ocorrer com animais domésticos, de serviço, animais de médio e grande porte, em áreas rurais ou com animais selvagens, em área habitada. O gerenciamento do problema exige estratégias para o recolhimento, transporte, abrigamento provisório, cuidados médicos e ordinários e destinação efetiva. Outro problema presente em desastres é a necessidade de animais de suporte emocional ou de serviço, em abrigos.</p>	<p>Abrange de animais domésticos, selvagens e pecuária.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Burocracia e legislação: IBAMA, INEA E Município</li> <li>&gt; Medicação, cuidados médicos e controle de zoonoses: Município, SES E SEAPPA</li> <li>&gt; Recolhimento, transporte, abrigo, cuidados ordinários e destinação definitiva: Município (por meio dos currais de conselho em convênio ou terceirizados), REDE SALVAR</li> <li>&gt; Articulação com municípios para localização de estruturas para destinação dos animais de médio e grande porte: SEAPPA</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<p><b>5.1 - Atuar nas ações de limpeza de edificações para retorno da população</b></p>	<p>Um dos grandes desafios nos desastres é o atendimento aos desabrigados e desalojados, o que ocorre quando a população é obrigada a deixar sua residência em função de fatores que impeçam sua permanência. Essa situação gera insegurança e instabilidade para as famílias atingidas. Porém, as causas da necessidade de evacuação podem ser permanentes ou temporárias, sendo necessário, neste último caso, o emprego dos recursos necessários para a liberação dos imóveis para o retorno da população.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Coordenação e execução: Município</li> <li>&gt; Articulação de apoio com outros municípios e recursos estaduais: SEDEC</li> <li>&gt; Suporte com maquinário: SEHIS, SEIC</li> <li>&gt; Apoio com recursos humanos: Forças Armadas</li> </ul>
<p><b>5.2 - Atuar na limpeza e desobstrução de vias, estradas e demais espaços públicos</b></p>	<p>A obstrução de vias, estradas e espaços públicos impactam a mobilidade no desastre, dificultando o transporte de pessoas, de recursos e prejudicando as ações de Defesa Civil de uma maneira geral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Coordenação e execução: Município, DER, SEDEC NACIONAL (DNIT e ANTT [CONCESS.]), AGETRANSP (concessionárias)</li> <li>&gt; Articulação de recursos: SEDEC</li> <li>&gt; Apoio com maquinário: SEIC, SEHIS, EMOP, Forças Armadas</li> <li>&gt; Apoio com recursos humanos: Forças Armadas</li> <li>&gt; Apoio hídrico: CEDAE</li> <li>&gt; Suporte e execução em rodovias: DER e SEDEC NACIONAL (DNIT)</li> <li>&gt; Gestão e controle de tráfego em rodovias: DER, PRF, PMERJ</li> <li>&gt; Apoio na comunicação com concessionárias de rodovias estaduais e fiscalização do cumprimento dos contratos: AGETRANSP</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<p><b>5.3 - Atuar na articulação com concessionárias e cooperativas de serviços públicos e órgãos afins para o restabelecimento ou na interrupção dos serviços essenciais de forma emergencial</b></p>	<p>A ocorrência de desastres pode causar danos significativos à infraestrutura, incluindo a interrupção dos serviços essenciais de água, energia elétrica e gás. Isso pode dificultar o socorro às vítimas e aumentar a vulnerabilidade da população afetada. Em algumas circunstâncias, as equipes de resposta precisam interromper, temporariamente, algum tipo de serviço essencial, para realizar de forma segura e eficiente seus trabalhos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Serviço de energia elétrica: Município, SENEMAR, ANEEL</li> <li>&gt; Serviço de gás: SENEMAR, Município</li> <li>&gt; Serviço de água e esgoto: AGENERSA, CEDAE, Município</li> <li>&gt; Serviço de comunicação: Município, ANATEL</li> <li>&gt; Transporte público municipal: Município</li> <li>&gt; Transporte público intermunicipal: AGETRANSP (comunicação com concessionárias de barcas, trens, metrô e rodovias estaduais).</li> <li>&gt; Articulação: SEDECOBS (o restabelecimento de vias e a normalização do tráfego são tratados em atividades específicas)</li> </ul>
<p><b>5.4 - Atuar na desobstrução de micro e macrodrenagem</b></p>	<p>A dificuldade de escoamento nos casos de grandes precipitações pluviométricas está entre os principais fatores que contribuem para a ocorrência dos alagamentos e inundações. Uma forma eficaz de solucionar ou mitigar este risco é a desobstrução de micro e macrodrenagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução no âmbito municipal: Município</li> <li>&gt; Execução no âmbito estadual: INEA</li> <li>&gt; Articulação no Estado: SEDEC</li> <li>&gt; Análise do impacto ambiental: INEA</li> <li>&gt; Análise de risco geológico: DRM</li> <li>&gt; Apoio com maquinário: SEHIS, SEIC, EMOP, Forças Armadas</li> <li>&gt; Apoio às prefeituras municipais nas ações de desobstrução de estradas vicinais e microdrenagem em áreas rurais: SEAPPA</li> <li>&gt; Suporte orçamentário: SEPLAG</li> <li>&gt; Trâmite legislativo: SECC, SEGOV</li> <li>&gt; Controle: CGE</li> <li>&gt; Assessoria jurídica: PGE</li> </ul>
<p><b>5.5 - Atuar nos processos de declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública e Homologação, quando solicitado</b></p>	<p>Para que seja viabilizada a possibilidade do município receber apoio de recursos do Estado e da União é necessário que os processos de declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública estejam de acordo com as normas vigentes e atendendo aos critérios estabelecidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: Município</li> <li>&gt; Apoio e orientação: SEDEC</li> <li>&gt; Homologação: SEDEC, SECC</li> <li>OBS (o processo de avaliação de danos e prejuízos está individualizado na atividade 3.21)</li> </ul>

Atividade	Descrição da problemática	Subatividades
<p><b>5.6 - Atuar com os municípios na confecção de planos de trabalho para obtenção de recursos para a reconstrução</b></p>	<p>Diferentemente do restabelecimento que tem um foco emergencial, a reconstrução dá-se após a ocorrência do desastre e pressupõe uma ação em caráter definitivo. Para que haja a possibilidade de obtenção de recursos provenientes do Estado ou da União é necessário, além do reconhecimento e/ou homologação da SE ou ECP, que seja produzida toda a documentação exigida pela legislação vigente, incluindo o Plano de Trabalho a ser implementado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução dos planos municipais: Município</li> <li>&gt; Apoio técnico: SEIC, EMOP, SEHIS, DRM, INEA</li> <li>&gt; Execução dos planos estaduais: SEIC, SEHIS, DRM, INEA</li> <li>&gt; Suporte com dados e informações: SEDEC, SEDSODH, DRM, INEA, SEAPPA, SES, SEEDUC, Município</li> <li>&gt; Articulação: SEDEC</li> <li>&gt; Controle: CGE</li> <li>&gt; Assessoria jurídica: PGE</li> <li>&gt; Suporte orçamentário: SEPLAG</li> <li>&gt; Articulação política: SECC, SEGOV, SERGB</li> </ul>
<p><b>5.7 - Coordenar as ações de desmobilização</b></p>	<p>As ações de desmobilização são de vital importância para o pleno sucesso da operação e demandam planejamento e coordenação para que ocorram da maneira mais adequada possível, sem solução de continuidade dos serviços e que possam ser definidas as próximas ações a serem realizadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Execução: SEDEC, ANEEL, ANATEL, CEDAE, CBMERJ, CEMADEN-RJ, CGE, DETRO, DRM, EMOP, EXÉRCITO, FAB, GSI - RJ, MARINHA, MUNICÍPIO, PRF, REDEC, SEAP, SEAPPA/EMATER, SEAS/AGENERSA, SEAS/INEA, SECC, SECEC, SECTI, SEDEC NACIONAL, SEDEC-RJ, SEEDUC, SEEL, SEFAZ, SEGOV, SEHIS, SEIC, SEIJES, SEM, SEPLAG, SEPOL/IML, SERGB, SETD, SETRAM/AGETRANSP, SETRAB, SETUR, SES, SEDSODH, SEENEMAR.</li> </ul>